



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO III “OSMAR DE AQUINO”  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

**FERNANDA FERREIRA CIRILO**

**AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS  
COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E  
ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO**

**GUARABIRA-PB  
2020**

FERNANDA FERREIRA CIRILO

**AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL  
ESPECIALIZADO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS  
COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E  
ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC: Monografia) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

**Área de Concentração:** Educação Especial e Inclusiva

**Orientador:** Prof.<sup>a</sup> Ms. Débora Regina Fernandes Benício.

**GUARABIRA-PB  
2020**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C578c Cirilo, Fernanda Ferreira.  
As contribuições da sala de Atendimento Educacional Especializado para o processo de aprendizagem das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação [manuscrito] / Fernanda Ferreira Cirilo. - 2020.  
33 p.  
Digitado.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2020.  
"Orientação : Profa. Ma. Débora Regina Fernandes Benício, Coordenação do Curso de Pedagogia - CH."  
1. Educação Especial. 2. Atendimento Educacional Especializado. 3. Inclusão. 4. Processo de Ensino. 5. Sala de Recursos Multifuncionais. I. Título  
21. ed. CDD 371.9

FERNANDA FERREIRA CIRILO

AS CONTRIBUIÇÕES DA SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO PARA O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA, TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO E ALTAS HABILIDADES OU SUPERDOTAÇÃO.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC: Monografia) apresentado à Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Área de concentração: Educação Especial e Inclusiva.

Aprovada em: 28 /10/ 2020.

BANCA EXAMINADORA

Débora Regina Fernandes Benício  
Prof.<sup>a</sup> Ms. Débora Regina Fernandes Benício (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (DE/CH/UEPB)

Aline de Fátima da S. Araújo Frutuoso  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Aline de Fátima da Silva Araújo Frutuoso  
Universidade Estadual da Paraíba (DE/CH/UEPB)

Verônica Pessoa da Silva  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Verônica Pessoa da Silva  
Universidade Estadual da Paraíba (DE/CH/UEPB)

Este estudo, primeiramente a Deus, aos meus pais, familiares, ao meu noivo e aos amigos pelo o apoio, companheirismo e amizade, DEDICO.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me guiar e dar forças para realizar meus sonhos.

À professora Débora Regina, pelas leituras sugeridas ao longo dessa orientação, pela dedicação, por todo apoio, carinho, amor e por todo companheirismo ao longo de minha formação.

Ao meu pai Francisco e minha mãe Severina, a meus irmãos Francielle, Franciel e Fabrina, às minhas avós Clarisse e Margarida, aos meus avôs Antônio e José Cirilo (*in memoriam*). Às minhas tias Aparecida, Maria do Socorro, Luciana, Daniela e Maria (*in memoria*), e aos meus tios Luciano e Leonaldo, pela compreensão por minha ausência nas reuniões familiares.

Ao meu noivo Gilclécio, por todo apoio, incentivo, dedicação e por acreditar em meu potencial.

Aos meus tios Antônio Filho, Severino e Francisco (*in memoriam*), embora fisicamente ausente, sentia sua presença ao meu lado, dando-me força.

Aos professores do Curso de Pedagogia da UEPB, em especial, Verônica Pessoa, Sheila Melo, Lívia Serafim, Mônica Guedes e Arilane Florentino, que contribuíram ao longo de trinta meses, por meio das disciplinas e debates, para o desenvolvimento desta pesquisa.

As minhas amigas pelos momentos de amizade e apoio, em especial a Ellem, Marta, Silvana e ao Grupo de Oração Adoradores do Senhor-RCC.

A inclusão é uma inovação que implica um esforço de modernização e de reestruturação das condições atuais da maioria de nossas escolas (especialmente as de nível básico), ao assumirem que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam, em grande parte, do modo como o ensino é ministrado e de como a aprendizagem é concebida e avaliada. (Mantoan, 2003)

## RESUMO

O Atendimento Educacional Especializado é um importante instrumento de promoção da acessibilidade do público-alvo da Educação Especial no país. O presente estudo teve como objetivo investigar as contribuições do Atendimento Educacional Especializado-AEE, no Grupo Escolar Municipal José Barbosa de Lucena, pertencente ao município de Alagoinha-PB, focando no processo de ensino desenvolvido pela professora do AEE. Para tanto, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa em educação, que utilizou como técnicas o estudo de caso, a pesquisa bibliográfica e documental, bem como outros instrumentos de coleta de dados, tais como a observação e aplicação de um questionário. Como base teórica, foram consultados os seguintes autores: Furlan (2014); Freitas e Garcia (2014); Mazzotta (2005); Mantoan (2002); Lima (2006), entre outros. Os resultados revelam que as práticas desenvolvidas pela professora do AEE tiveram considerável relevância para o acompanhamento de muitos alunos que conseguiram se desenvolver, porém, a falta de um auxiliar de sala, dificulta o processo de acompanhamento. De acordo com o aludido, a princípio, o AEE é muito importante para a inclusão e o desenvolvimento escolar do aluno com deficiência.

**Palavras-Chave:** Educação Especial. Atendimento Educacional Especializado. Inclusão. Processo de Ensino. Sala de Recursos Multifuncionais.



## ABSTRACT

The Specialized Educational Attending is an important tool of accessibility promotion from the target-audience of the country's special education. The present study has as its goal to investigate the contributions of the Specialized Educational Attending (Atendimento Educacional Especializado-AEE), at the Municipal Scholar Group José Barbosa de Lucena, belonging to the county of Alagoinha-PB, aiming at the teaching process developed by the AEE's teacher. Therefore, a research in education of qualitative nature was made, which used as technique the study case, the documental and bibliographic research, as well as other instruments of data gathering, such as the observation and application of a questionnaire. As theoretical basis was consulted the following authors: Furlan (2014); Freitas e Garcia (2014); Mazzotta (2005); Mantoan (2002); Lima (2006), among others. The results reveal that the practices developed by AEE's teacher had considerable relevance to the monitoring of many students who manage to develop themselves, however, the lack of a class assistant makes it difficult for the monitoring process. In accordance with the alluded, at first, the AEE is very important to the scholar development and inclusion of the disabled student.

**Keywords:** Special Education. Specialized Educational Attending. Inclusion. Teaching Process. Room of Multifunctional Sources.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
CADEME	Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais
CF	Constituição Federal
CNE/CEB	Concelho Nacional de Educação / Câmara de Educação Básica
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Mistério da Educação
PNE	Plano Nacional de Educação.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	<b>13</b>
<b>2.1</b>	<b>Educação Especial: dados históricos</b> .....	<b>13</b>
<b>2.2</b>	<b>Breve História da Educação Especial no Brasil</b> .....	<b>15</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA DA PESQUISA</b> .....	<b>21</b>
<b>3.1</b>	<b>Tipo de pesquisa e coleta dos dados</b> .....	<b>21</b>
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES</b> .....	<b>23</b>
<b>4.1</b>	<b>Contextualização da Pesquisa</b> .....	<b>23</b>
<b>4.2</b>	<b>Estudo de caso</b> .....	<b>23</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>29</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>31</b>

## 1. INTRODUÇÃO

Em meados do Século XIX, as pessoas com deficiência, eram consideradas incapazes e “anormais”, sendo excluídas do meio social. A educação inclusiva vem ganhando destaque, espaço e investimento por parte das políticas públicas, garantindo a educação para as pessoas com deficiência.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), é previsto em todos os níveis de ensino da educação, para auxiliar no processo de aprendizagem dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação, ou seja, do público-alvo da Educação Especial. Porém, é provável que existam dificuldades por parte das escolas em promover a educação essencial para o desenvolvimento das capacidades cognitivas e de aprendizagem das crianças com deficiência.

Diante do exposto, apresentamos a seguinte questão como problema de pesquisa: Como a sala do AEE do Grupo Escolar Municipal José Barbosa de Lucena contribui para o processo de aprendizagem das crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação? O interesse pelo saber, despertou a vontade de estudar como são desenvolvidas as práticas educativas no Atendimento Educacional Especializado, assim, buscamos compreender como se dar o ensino e aprendizagem da escola já referenciada.

Ao realizar uma atividade do Componente Curricular “Educação Especial e Inclusiva” do curso de pedagogia, surgiu a vontade de aprofundar os conhecimentos sobre o Atendimento Educacional Especializado. Deste modo, as pesquisas sobre o assunto foram aflorando, transformando-se neste trabalho de conclusão de curso. Neste sentido, observamos a realidade do Grupo Escolar Municipal José Barbosa de Lucena e encontramos algumas dificuldades com relação ao ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, mesmo assim, foram constatadas contribuições da sala de AEE para o referido público-alvo da Educação Especial.

O objetivo geral deste trabalho consiste em analisar as contribuições da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) para as crianças com deficiência na escola já citada acima. Os objetivos específicos são: a) Apresentar a história da criança com deficiência e sua relação com a educação; b) Discutir as contribuições da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), para a educação das crianças

com deficiência; c) Identificar as contribuições da sala de Atendimento Educacional Especializado do Grupo Escolar Municipal José Barbosa de Lucena; d) Verificar se as práticas educativas desenvolvidas na sala do AEE no Grupo Escolar Municipal José Barbosa de Lucena colaboram com o processo de aprendizagem da criança com deficiência.

Este trabalho intenciona contribuir com a formação de muitos que atuam no AEE e, também, na comunidade escolar em geral, e com a reflexão acerca das metodologias e das práticas utilizadas no processo de aprendizagem das crianças com necessidades especiais.

De acordo com Freitas e Garcia (2014, p. 11), “o sucesso do processo de ensino e aprendizagem para a criança com deficiência relaciona-se as possibilidades de acesso a métodos e recursos específicos as suas necessidades”. Porém, para alcançar o desenvolvimento dos estudantes com necessidades educacionais especiais, faz-se necessário apresentar caminhos que cooperem para o enriquecimento desse processo.

O AEE funciona nas salas de recursos multifuncionais, e tem por objetivo apoiar o sistema de ensino, como forma de complementar e suplementar a escolarização dos alunos que são o público-alvo da Educação Especial, fazendo com que haja o pleno desenvolvimento da sua autonomia, sua independência e sua valorização. As atividades desenvolvidas devem ser diferenciadas da sala regular e em contra turno. O Conselho Nacional de Educação, por meio da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, estabelece as Diretrizes para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, definindo que:

Art. 5º: O AEE é realizado, prioritariamente, nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, em centro de atendimento educacional especializado de instituição especializada da rede pública ou de instituição especializada comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a secretaria de educação ou órgão equivalente dos estados, do Distrito Federal ou dos municípios. (BRASIL, 2010, p. 5)

Para a realização deste trabalho foram consultados autores tais como: Furlan (2014); Freitas e Garcia (2014); Mazzotta (2005); Mantoan (2003); Lima (2006); Malheiros (2011); Gil (2002). No que concerne aos documentos foram consultados: Decreto 7.611/2011, Lei nº 10.172/ 2001, 13.005/2014, entre outros.

O estudo é de natureza qualitativa e trouxe como instrumentos de coleta de dados: a pesquisa bibliográfica e documental, o estudo de caso, a observação e o questionário aplicado a junto à professora da Sala de Recursos Multifuncionais.

Este trabalho foi dividido da seguinte forma: Introdução, com informações da justificativa, objetivos, local da pesquisa, participante e objeto de estudo. No referencial teórico discutimos sobre a Educação Especial: dados históricos e um breve histórico da Educação Especial no Brasil. Em seguida discutimos a metodologia desta pesquisa e, por fim, os resultados, as discussões e a conclusão.

Deste modo, as contribuições do Atendimento Educacional Especializado para as crianças com necessidades especiais são de grande importância para garantir o pleno desenvolvimento e suas capacidades cognitivas e motoras, tornando-as mais independentes.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Educação Especial: dados históricos

Na história da Educação Especial são notórias as práticas discriminatórias relacionadas ao educando com necessidades especiais. As crianças com “anormalidade” na Roma antiga eram deixadas nas margens de rios ou em lugares sagrados. Em Esparta, antiga Grécia, eram abandonadas em lugares estranhos, como por exemplo, montanhas bem altas e desertas, chegavam a morrer de fome ou eram devoradas por animais.

Segundo Lima (2006, p. 27):

Na Idade Média, acreditava-se que muitas pessoas com deficiências eram portadoras de doenças contagiosas ou estavam possuídas pelo demônio; em seguida, com o início a produção mercantil, elas foram consideradas incapazes e, posteriormente, deficientes. (LIMA, 2006. p. 27)

Muitas barbaridades aconteceram para que a pessoa com deficiência obtivesse o seu reconhecimento na sociedade. Na Europa, o médico francês Jean Marc Itard (1774-1838), considerado um dos precursores da educação de pessoas com deficiência, devido seus métodos para educar uma criança durante 5 anos, acompanhou um menino (12 anos) capturado na floresta no sul do país por volta de 1800, que apresentava comportamento selvagem. Maria Montessori (1870-1956), considerada uma das mais importantes educadoras da história da educação especial. Também influenciada por Itard, contribuiu para a evolução da educação voltada para as crianças deficientes mentais, utilizando materiais sistemáticos e a manipulação de objetos concretos (MIRANDA, 2003).

Mesmo com todas essas experiências, durante muito tempo, muitas pessoas com deficiência morreram por consequências do preconceito e da não aceitação, sendo excluídas da sociedade. Nos registros históricos a exclusão da pessoa com deficiência tinha um cunho religioso, alegando ser uma punição divina ou expiação dos pecados cometidos. Foram consideradas por muito tempo pessoas incapazes de realizar atividades sociais.

Durante Século XVIII, começou a institucionalização das pessoas com deficiência, onde eram segregadas e protegidas em instituições residenciais. Por volta do Século XX, surgem alguns movimentos de integração social para as pessoas com deficiência com o objetivo de integrá-los no ambiente social e escolar. (CORCINI, 2016)

A luta pela integração das crianças com deficiência começa por volta da década de 1960, com um questionamento às práticas de segregação. A esse respeito, Mantoan (2003) afirma que:

O processo de integração ocorre dentro de uma estrutura educacional que oferece ao aluno a oportunidade de transitar no sistema escolar — da classe regular ao ensino especial — em todos os seus tipos de atendimento: escolas especiais, classes especiais em escolas comuns, ensino itinerante, salas de recursos, classes hospitalares, ensino domiciliar e outros. Trata-se de uma concepção de inserção parcial, porque o sistema prevê serviços educacionais segregados. (MANTOAN, 2003, p.15)

A partir destas concepções surgem outros movimentos com indagações a respeito do termo “deficiência”, especificamente na década de 1970, onde buscavam uma educação humanista voltada para igualdade e diversidade. Ainda no Século XX tem início o movimento pela inclusão escolar. Segundo Sasaki (1997):

A ideia de inclusão surgiu para derrubar a prática da exclusão social a que foram expostas as pessoas com deficiência por vários séculos. A exclusão ocorria em seu sentido total, ou seja, as pessoas com deficiência eram excluídas da sociedade para qualquer atividade porque eram consideradas inválidas sem utilidade para a sociedade e incapazes de trabalhar, características essas atribuídas indistintamente a todos os portadores ou que tiveram alguma deficiência (SASSAKI, 1997, p. 30-31).

A luta pela Inclusão, também, teve forte influência de pais de crianças com deficiência, com o intuito de convencer a sociedade e autoridades públicas, para que seus filhos fossem incluídos nas instituições de ensino (VOIVODIC, 2004).

Assim, ao longo dos últimos séculos, as pessoas com deficiência começaram a serem vistas como pessoas de/com direitos.



## 2.2 Breve História da Educação Especial no Brasil

No Brasil, em 1854 teve início ao atendimento as pessoas com deficiência, no Império de Dom Pedro II, a partir da criação de duas instituições, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto Imperial dos Mudos-Surdos, o atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES. (BRASIL, 2008)

Baseada nos autores Mazzotta (2005) e Jannuzzi (2012), podemos afirmar que nos séculos XIX e XX, alguns brasileiros iniciaram experiências tendo como inspiração a Europa e os Estados Unidos da América do Norte, com a finalidade de oferecer serviços para o atendimento aos deficientes cegos, surdos, mentais e físicos.

Com o passar dos anos, a Medicina foi substituída pela Psicologia e a Pedagogia. No início do século XX, estudos médicos e psicológicos contribuíram para o surgimento de novas teorias a respeito da capacidade e inteligência das pessoas, bem como, de uma nova visão sobre como tratar as pessoas com deficiência (NUNES; SAIA; TAVARES, 2015, p. 1108). Durante anos, os lados clinicam se sobressaiu, sendo deixada de lado a educação. É explícito que a medicina deu sua parcela de contribuição, porém, a educação tem o dever de abrir novas teorias para transformar o ensino dos educandos com necessidades educacionais especiais.

No Século XX ainda foram criadas campanhas voltadas ao atendimento educacional aos excepcionais, para que houvesse alguns posicionamentos do Governo Federal. A primeira campanha instituída, segundo Mazzotta (2005, p. 59), foi a:

Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro - C. E. S. B- pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957. As instruções para sua organização e execução foram objeto da Portaria Ministerial nº114, de 21 de março de 1958, publicada no Diário Oficial da União de 23 de março de 1958 (MAZZOTTA, 2005, p. 59).

Sua finalidade era promover o alcance à educação e assistência em todo o território nacional, porém, alguns anos depois, a campanha foi desativada por supressão de dotações orçamentárias.

Na década de 1960 foi criada a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de deficientes Mentais (CADEME), com a finalidade de educar, treinar, reabilitar e ofertar assistência educacional aos deficientes de diferentes faixas etárias. Nesse período, houve um grande aumento de classes especiais nas escolas públicas

voltadas para a educação de deficientes intelectuais. Durante esse tempo, houve uma grande criação de escolas de ensino especial (MIRANDA, 2003).

Em 1961, foi sancionada a primeira LDBEN nº 4.024/61. A referida Lei criou as classes especiais para os alunos excepcionais, e em 1971, de acordo com Mazzotta (2005, p. 53), após a aprovação da Lei nº 5.692/71, que em seu artigo 9º previa “tratamento especial aos excepcionais”, numerosas ações passaram a se desenvolver com vistas à implantação de novas diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Em 1970, enquanto outros países mais desenvolvidos abriam discussões e questionamentos sobre a integração das pessoas com deficiência mentais na sociedade, o Brasil começa a institucionalizar a Educação Especial em termos de Políticas Públicas, em 1973 é criado pelo MEC o Centro Nacional de Educação Especial. Com as mudanças ocorrida na sociedade foram sendo criadas políticas que asseguram a pessoa com deficiência integrando todos e todas no meio educacional (BRASIL, 2008).

Na década de 1980, a Constituição Federal, em seu artigo 23, inciso II, diz que é dever do Estado cuidar da saúde, assistência pública, garantia e proteção das pessoas com deficiência, e sendo esta sua função, inclui-se a educação dos mesmos, que de acordo com o artigo 208, inciso III, o Estado deve garantir a educação dos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

No ano de 1994 com a Declaração de Salamanca, que foi elaborada a partir de um encontro ocorrido na Espanha, foram indicadas ações com olhar voltado para educação dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 1996, a LDB (Lei das Diretrizes e Bases) em seus artigos 58 a 60 assegura o direito à educação em classes especiais e, se necessário, profissionais capacitados para o atendimento dos alunos com deficiência, elaboração de currículos, metodologias, recursos educativos e organização específica para cada necessidade apresentada, visando através desses suportes, a integração do aluno nas classes comuns de ensino, preferencialmente, na escola regular de ensino.

É importante destacar o papel da mídia para inclusão das pessoas com deficiência, desde 1990, incentivando a participação dos mesmos na sociedade. Lima (2006, p. 29) afirma que, tomaram-se medidas que facilitam a vida das pessoas com necessidades especiais e se determinaram práticas sociais inclusivas em lanchonetes, shoppings, bancos, ônibus e locais de trabalho.

Durante anos houveram várias mudanças na Educação Especial no Brasil, muitos homens e mulheres lutaram, porém, sozinhos não podiam construir uma obra social, mas o impulsionamento que eles deram fez a grande diferença para a educação voltada às pessoas com deficiência. É visível também a luta dos pais para que a mudança na Educação Especial acontecesse e que seus filhos tivessem um bom atendimento educacional e voltado para suas necessidades.

Sendo assim, a luta por uma Educação Especial e Inclusiva é para todos, para os não deficientes e, também, para os que são “ditos normais”. As lutas travadas pelos movimentos sociais fizeram grande diferença e as conquistas efetivadas na Constituição Federal de 1988 são uma grande vitória, que por sua vez trouxe mais força tornando-se uma grande realização para os que lutavam pela educação para os deficientes em geral.

Após a promulgação da CF de 1988, por influência de documentos internacionais, a partir da década de 1990, vários documentos nacionais regulamentaram a inclusão nas escolas da rede regular de ensino. A LDB nº. 9.394/1996 determina em seu artigo 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. (BRASIL,1996)

Este documento aponta como e quando deve haver o atendimento especializado, tendo em vista apenas quando for necessário e preciso a sua oferta.

A orientação da legislação passou a dar ênfase à inclusão de alunos público-alvo da Educação Especial nas classes comuns da rede regular de ensino. De acordo com Mantoan (2006, p.17), “a inclusão é para melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula”. Quando há inclusão a forma de ensino e aprendizagem se modifica consideravelmente, e cada educando é visto com outro olhar, o que pode diminuir assim a evasão escolar.

Quanto à formação dos professores a LDB 9394/1996 determina em seu artigo 59:

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 1996)

Os professores de classe comum devem ser formados para atuar na educação de alunos que apresentam necessidades especiais. Além disto, a própria LDB apresenta outra categoria de professor, aquele que é especializado para garantir os verdadeiros princípios da educação especializada.

No ano de 2000, a Lei da Acessibilidade nº 10.098/ 2000, estabelece normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, com o propósito de eliminar barreiras e obstáculos. (BRASIL, 2000). É fundamental eliminar barreiras ambientais que dificultam a locomoção da pessoa com deficiência, a fim de promover a acessibilidade em locais públicos e privados. Pensar na acessibilidade nas escolas facilitará o acesso e permeância do educando e conseqüentemente afetará positivamente em seu aprendizado.

Outra conquista foi a Lei 10.436/2002 que regulamentou o ensino de Libras (Língua Brasileira de Sinais) nos cursos de formação de professores, dispõe sobre a inclusão de Libras como disciplina curricular, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular (BRASIL, 2008). Com a aprovação desta lei, a Libras passa a ser reconhecida e as pessoas surdas tiveram a oportunidade de serem incluídas na sociedade. O uso da Língua de Sinais conseguiu apresentar caminhos para as escolas criarem condições e oportunidades na formação, ensino, aprendizagem dos educandos surdos.

Em 2003, foi criado pelo MEC o Programa “Educação Inclusiva: Direito e Diversidade”, com o objetivo de apoiar a transformação do ensino em sistemas educacionais inclusivos e especializadas e difundir ações para a formação de gestores e educadores, com o intuito de possibilitar o acesso e permanência de todos os alunos às escolas comuns (LEITE; MARTINS, 2015, p.95). Os programas voltados para a inclusão tiveram grandes resultados, tendo o objetivo de transformar a educação e contribuir com a permanência dos educandos com necessidades educacionais.

O decreto nº 6.571/2008 apresenta as disposições para implantações das salas de Recursos Multifuncionais, formação dos professores, gestores e demais profissionais da educação, e recursos educacionais para acessibilidade. (BRASIL, 2008). Foi com base nesse decreto, que começou a se pensar no atendimento educacional especializado, porém, foi revogado pelo decreto 7.611/2011.

No ano de 2011 é criado o decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e garante os serviços e apoio especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011). É importante salientar, que a inclusão se intensificou com a aprovação deste decreto, os serviços e o apoio especializados ofertados em contraturno pelo profissional especializado na área, favorece no ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

Os dois últimos planos nacionais de educação, o de 2001-2010 (Lei 10.172/2001) e o de 2014-2024 (Lei 13.005/2014), contemplam metas para a Educação Especial, entre elas são apresentados objetivos e estratégias a serem implementadas na educação pública. No capítulo 8 do PNE 2001-2010, são exibidos 28 objetivos/metasp com intenção de atender necessidades educacionais. As metas 1-2 visam:

1. Organizar, em todos os Municípios e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches.
2. Generalizar, em cinco anos, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os professores em exercício na educação infantil e no ensino fundamental, utilizando inclusive a TV Escola e outros programas de educação a distância. (BRASIL, 2001)

Nas metas 1-2 destacam a assistência aos educandos deficientes e a formação aos professores em exercício na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. São apresentadas, ainda, garantias de atendimento escolar, atendimento especializado, educação especial e formação para professores.

No PNE 2014-2024 são postas 20 metas e a de nº. 4 contempla a Educação Especial, seu objetivo é:

4. Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. (BRASIL,2014)

A meta 4 propõe a universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para alunos de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, visando preconizar o atendimento educacional por meio da educação inclusiva na rede regular de ensino, na sala de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Houve um grande avanço entre as metas e os objetivos propostos no Plano Nacional de Educação, durante estes 20 anos e, mudanças e conquistas são observadas na educação especial e inclusiva, uma delas foi a implantação de Salas Multifuncionais nas escolas públicas.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

#### 3.1 Tipo de pesquisa e coleta dos dados

A pesquisa realizada configura-se como qualitativa em educação. Tendo em vista, a necessidade de compreender como se dá o acompanhamento de crianças com deficiência atendidas pelo AEE. Segundo Malheiros (2011, p. 25),

A pesquisa em educação tem o objetivo de analisar e aprofundar o atendimento da atuação dos educadores, desde os pressupostos filosóficos até o contexto político no qual a ação educacional está inserida, incluindo aí os métodos mais adequados de ensino (MALHEIROS, 2011, p. 25).

Realizamos, em primeiro momento, uma pesquisa bibliográfica para a escolha da base teórica e uma pesquisa documental com a intenção de verificar documentos e leis que regem a Educação Especial no país. De acordo com Gil (2002, p. 46),

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. (GIL, 2002, p.46)

Em segundo momento, esta pesquisa caracteriza-se de campo e descritiva e foi realizada no Grupo Escolar Municipal José Barbosa de Lucena localizada, na Rua Escritor Monteiro Lobato, nº 126, Centro, no Estado Paraíba, na sala de Recursos Multifuncionais onde acontecia o AEE.

Especificamente foi analisado o ensino e aprendizagem na sala de AEE que se define como estudo de caso. Malheiros (2011, p. 94) diz que o estudo de caso:

[...] consiste em pesquisar uma situação específica para compreender uma determinada relação de causa e efeito. Para isso, observa-se o resultado que será obtido considerando uma variável específica implantada no evento com ou sem intenção. Os estudos de caso têm seu espaço de atuação quanto à pesquisa fortemente delimitados, assim como há sólida delimitação do tempo. (MALHEIROS, 2011, p. 94)

Deste modo, foram utilizados os seguintes instrumentos de coleta de dados para a pesquisa: observação participante, diário de campo e questionário, aplicado junto à professora da sala de recursos multifuncionais. Estes instrumentos serviram para analisar as contribuições do AEE para o processo de aprendizagem dos alunos com deficiência seguindo a exigência conforme está na Lei nº 7.611/11.

A profissional entrevistada assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e a escola autorizou a realização desta pesquisa.

Como base teórica, foram consultados os seguintes autores: Furlan (2014); Freitas e Garcia (2014); Mazzotta (2005); Mantoan (2003); Lima (2003). entre outros autores, que ofereceram suas contribuições no estudo desta problemática.



## **4. RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 Contextualização da Pesquisa**

Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário com questões abertas contendo seis perguntas referentes ao tema desde trabalho: 1 - Qual a metodologia utilizada para ajudar no processo de aprendizagem das crianças com deficiência? 2 - Quais as deficiências de cada criança atendida? 3 - Quais as contribuições do AEE para os alunos com deficiência? 4 - Houve alguma melhoria nesse processo de aprendizagem? Elas estão reagindo positivamente? Justifique. 5 - Como está organizada a sala de Recursos Multifuncionais da escola? 6 - Quais as suas dificuldades frente ao trabalho que você realiza?

Em seguida, foram analisadas individualmente cada questão, sempre fundamentada por um referencial teórico.

O campo desta pesquisa foi o Grupo Escolar Municipal José Barbosa de Lucena, localizada na Rua Escritor Monteiro Lobato, nº 126, Centro, no município de Alagoinha, no Estado da Paraíba, especificamente na sala de Recursos Multifuncionais onde acontece o AEE. Esta rede municipal de ensino, oferta desde 2016, o atendimento especial às crianças com deficiência. Na escola, 17 crianças eram atendidas dos turnos manhã e tarde, do Infantil I até o 5º ano do Ensino Fundamental I. Todos os alunos recebiam auxílio doença, disponibilizado pelo Governo Federal.

A Sala de Recursos Multifuncionais continha cadeiras e mesas adaptadas para o tamanho das crianças, um banheiro, três computadores, uma impressora, uma cadeira de rodas, um ar-condicionado e vários materiais didáticos. Havia apenas uma professora especializada para atender todas as crianças com deficiência. A referida professora tinha graduação em Geografia e especialização nos cursos de “Formação em Atendimento Educacional Especializado” e na “Infância e Adolescência”. A primeira pela UEPB e os dois últimos pela Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência (FUNAD).

### **4. 2 Estudo de caso:**

No dia 25 de abril 2019, foi observada a aula da professora do AEE no Grupo Escolar Municipal José Barbosa de Lucena, especificamente na Sala de Recursos

Multifuncionais. A sala estava organizada com mesas adaptadas para altura das crianças, bem decorada e com cores frias, com objetos educativos como números grandes em E.V. A e o nome de todos os alunos em um banner. Na sala, também, havia o cantinho da leitura, materiais educativos com ilustrações, letras em bastão e números feitos de emborrachado, e etc. O referido espaço pedagógico, contava ainda com um banheiro e três computadores, uma impressora e um ar-condicionado. Na sala do AEE encontramos vários materiais didáticos lúdicos, uns que a própria professora confeccionou, e outros que o próprio MEC disponibilizou. No dia da nossa observação a referida professora utilizou tampas de garrafas e bambolês. Contou a fábula “A formiga e a cigarra”. A profissional falava, expressivamente, e bem alto.

Segundo a professora participante desta pesquisa, os planos de aulas eram feitos com um psicólogo todas as sextas-feiras. A escola também estava adaptada com rampas e corrimão. Apenas os banheiros não tinham acessibilidade, pois as portas não eram largas e os vasos não eram adaptados, e não havia assim, a possibilidade de um deficiente físico usá-lo.

Neste dia da observação foram atendidas cinco crianças, cada uma com Atendimento Educacional diferente e com uma hora de aula para cada aluno. Ao todo, eram atendidas dezessete crianças, dezesseis delas com laudo médico, e apenas uma, não tinha ainda laudo, pois era seu primeiro dia no AEE. E por fim, foi aplicado um questionário com seis questões abertas direcionadas à professora.

Como metodologia de coleta de dados, foi utilizado um questionário para obter algumas informações para análise dos resultados desta pesquisa. O nome da professora será preservado e utilizaremos as iniciais do seu nome. A seguir estão as perguntas, respostas e as análises:

<b>Pergunta 1: Qual a metodologia utilizada para ajudar no processo de aprendizagem das crianças com deficiência?</b>
---

Resposta da professora (I. M. F. B.A): <i>“Metodologia DIVERSA - educação inclusiva na prática. As atividades de pesquisa e produção de conhecimento do Diversa são orientadas por um modelo elaborado por especialistas e conselheiros.”</i>
---

Primeiramente, a Diversa é uma plataforma de compartilhamento de conhecimento, onde são retratadas experiências sobre a inclusão de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades. Sendo a referida

plataforma voltada para os professores, gestores escolares, familiares e aos interessados na educação inclusiva. Nesta plataforma são encontrados diferentes tipos de materiais pedagógicos, que auxiliam no processo de ensino-aprendizagem dos educandos com deficiência. Nas observações foi visível a utilização de materiais pedagógicos que possuíam imagens que facilitam a formação de uma palavra. Conforme sustenta Freitas e Garcia (2014, p. 11),

O AEE garante a inclusão escolar de alunos com deficiência, na medida em que lhes oferece o aprendizado de conhecimentos, técnicas, utilização de recursos informatizados, enfim, tudo que difere dos currículos acadêmicos que aprenderá nas salas de aula das escolas comuns. É necessário e mesmo imprescindível, para que sejam ultrapassadas as barreiras de certos tipos de conhecimentos, linguagens, recursos para que os alunos com deficiência possam aprender nas salas de aulas comuns do ensino regular. (FREITAS; GARCIA, 2014, p. 11).

Percebe-se que, a educadora busca recursos para o desenvolvimento dos seus alunos e para que sua prática e metodologia sejam de acordo com as necessidades encontradas.

<b>Pergunta 2: Quais as deficiências de cada criança atendida?</b>
--

Resposta da Professora (I. M. F. B. A): <i>“Deficiência intelectual, síndrome de Down, Autismo e DNPM (Atraso do desenvolvimento neuropsicomotor)”</i> .
--

Todos têm o direito à educação de qualidade seja ele deficiente ou não, existem políticas que possibilitam esse tipo de atendimento educacional. O Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011 no Art. 2º, define que:

Art. 2º A educação especial deve garantir os serviços de apoio especializado voltado a eliminar as barreiras que possam obstruir o processo de escolarização de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2011)

A escola mostra um empenho significativo para atender às crianças com deficiência, mesmo com as dificuldades aparentes. É elogiável a busca por uma educação para todos, sobretudo, o empenho da instituição na inclusão dos educandos que requer um olhar especial.

**Pergunta 3: Quais as contribuições do AEE para os alunos com deficiência?**

Resposta da professora (I. M. F. B.A): *“É importante contextualizar a educação especial desde os primórdios até a atualidade, para que se possa ter uma ampla visão a respeito de como as pessoas com deficiência eram vistas e tratadas”*

Em sua resposta, a professora fala da importância de entender como surgiu a Educação especial e como ela está na atualidade. Nas observações, averiguou-se que as crianças estavam se desenvolvendo em seu processo de aprendizagem, muitos que não sabiam ler e escrever já estavam fazendo suas garatujas e até mesmo recontando histórias. Importante destacar que também, a professora utilizava os métodos que faziam com que os alunos aprendessem o seu nome completo, pois foi uma dificuldade encontrada nos alunos. Ela imprimiu os nomes dos dezessete alunos e plastificou, todas as vezes que iam responder as atividades ela entregava seus respectivos nomes aos alunos e pedia para que eles reescrevessem. É necessário oferecer possibilidades que tornem o aprendizado mútuo. A respeito deste assunto, afirma Furlan (2014, p. 21):

É a função do professor do AEE organizar subsídios que favoreçam o desenvolvimento do aluno com deficiência [...]. O desenvolvimento é o processo através do qual o indivíduo constrói ativamente, nas relações que estabelece o físico e social, a formação dessas habilidades se dá ao longo da interação do indivíduo com o mundo social (FURLAN, 2014, p. 21).

O educador precisa eliminar as barreiras como tentativa de potencializar o desenvolvimento do aluno. Sua intencionalidade vai garantir o desempenho de sua turma e a assimilação dos conteúdos trabalhados.

**Pergunta 4: Houve alguma melhoria nesse processo de aprendizagem? Elas estão reagindo positivamente? Justifique.**

Resposta da professora (I. M. F. B.A): *“Sim! Sim! Tem mais oportunidade de estar a uma hora em sala só com a professora do AEE, pois o lúdico de cada atividade é valiosa.”*

Ela sempre prezava por adotar o lúdico nas aulas a fim de contribuir com o processo de aprendizagem. Nas observações percebemos que a professora utilizava jogos, músicas e figuras que auxiliavam na aula. Além disso, a professora sempre

procurava aprimorar a coordenação motora fina e grossa dos educandos, com a ajuda de cordas, dados de E.V. A., tampas de garrafas coloridas, bambolês e etc. Deste modo, ela conseguia fazer com que eles se concentrassem.

Segundo Furlan (2014, p. 24), o jogo não pode ser visto apenas como forma de brincadeiras e distração, mas como um favorecimento ao desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo, social, moral e cívico. O lúdico na Educação Especial tem o poder de buscar a concentração, a imaginação e despertar a curiosidade.

**Pergunta 5: Como está organizada a sala de recursos multifuncionais da escola?**

Resposta da Professora (I. M. F. B.A): *“Computadores/ Banheiro/ Cadeira de rodas /Mesas e cadeiras adaptadas para o tamanho deles/ Livros de História infantis/ Jogos de montagem/ cadernos adaptados, entre outros.”*

A sala de Recursos Multifuncionais, de acordo com a resposta e as observações, estava organizada com mobília adaptada, um banheiro, instrumentos tecnológicos como o computador, livros infantis, jogos lúdicos e educativos e entre outros. A Resolução CNE/CEB nº 4/2009 no Art. 10 prevê a oferta no AEE de recursos para organização da sala de recursos multifuncionais. Vejamos:

Art. 10. O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo na sua organização:  
I – sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos [...]

A pesquisa realizada mostrou que são necessárias adaptações do espaço físico, recursos pedagógicos que auxiliam na aula, instrumentos tecnológicos, livros ilustrados e materiais didáticos que ajudem na motricidade do educando.

**Pergunta 6: Quais as suas dificuldades frente ao trabalho que você realiza?**

Resposta da professora (I. M. F. B.A): *“Dificuldades todas nós temos, mas com certeza damos o melhor, para cada um com suas patologias diferentes.”*

Sabemos que todos os professores da escola pública têm dificuldades no lecionar. Observamos que umas delas é a falta de um auxiliar. Embora ela atenda um a cada hora, às vezes, é necessário um auxílio como apoio didático pedagógico. Por fim, o cuidado com as crianças com deficiências requisita atenção especial e uma visão sensível, não de dó, pois eles são capazes de superar suas dificuldades.

Levando-se em conta o que foi observado, é necessário que os profissionais da Educação Especial e os da sala regular tenham um olhar diferenciado, comprometido e adaptado, pois o educador é um dos principais elementos que irá garantir o desenvolvimento da criança atendida pelo AEE. Cada aluno tem suas diferentes especificidades. A Sala de Recursos Multifuncionais, tem a função de contribuir com a mediação para que haja um bom aprendizado e desenvolvimento do educando na sala de aula regular. Contudo, é visível que os professores das salas de aula brasileiras encontram obstáculos que não permitem um bom desempenho em sua prática.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Especial e Inclusiva vem ganhando força, nos últimos anos, contudo, ela não serve apenas para que os alunos aprendam a ler e escrever e, sim, para que os professores desenvolvam e despertem diariamente, as capacidades de seus educandos. Também é fundamental conhecer a realidade e as dificuldades de cada um, e é essencial a presença familiar, para que o processo de ensino consiga alcançar o objetivo.

Na história da Educação Especial, as crianças e pessoas com deficiência não eram consideradas pela sociedade, e seu atendimento era realizado por um profissional da medicina, e anos depois foi gradativamente substituída pela educação. Mas, a partir das lutas pela integração social, as pessoas com deficiência foram ganhando espaço na sociedade.

Durante nossa pesquisa, percebemos o quanto o AEE auxilia na inclusão e no processo de aprendizagem dos educandos. Também, o quanto é importante que a Sala de Recursos Multifuncionais esteja organizada e adaptada com recursos didáticos que ajudem na aprendizagem.

A escola pesquisada, mesmo com algumas dificuldades, não mede esforços para quebrar as barreiras e contribuir com a formação do educando com necessidades especiais.

É visível o empenho da professora para fazer uma aula dinâmica que leve o aluno a compreender os assuntos abordados em sua aula. A professora em questão, durante a pesquisa, mostrou que mesmo com poucos recursos didáticos o professor da Educação Especial precisa buscar soluções e inovar a sua prática pedagógica.

Nesses últimos meses de pesquisa, verificou-se que, a sala de Recursos Multifuncionais mesmo não sendo uma das melhores, traz grandes garantias para o desenvolvimento dos educandos com deficiência. Com efeito, encontrar uma sala bem organizada, limpa, climatizada e com material didático adequado é um sonho acalentado pelos pesquisadores da Educação Especial.

Sabemos que a educação brasileira enfrenta diversos obstáculos e quando se trata em educação para deficientes são visíveis algumas dificuldades. Neste sentido, a falta de formação de professores e, até mesmo, de recursos acabam prejudicando o pleno desenvolvimento dos referidos alunos.

Para finalizar, registramos que o presente estudo proporcionou conhecimentos acerca dos direitos, práticas educativas e políticas no que diz respeito ao atendimento educacional voltado às crianças com deficiência e o AEE, mas vale a pena ressaltar que novas pesquisas poderão ampliar o conjunto de informações necessárias, para melhor conhecermos este fenômeno educativo.



## REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/escola-de-gestores-da-educacao-basica/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13684-resolucoes-ceb-2009>. Acesso em 10 jun. 2019, às 22:30.
- BRASIL. **Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jun. 2014.
- BRASIL. **Lei nº. 10.172, de 9 janeiro de 2001**. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2001.
- BRASIL. **Decreto nº 7. 611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, Brasília, DF, 17 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em 27 ago. 2020, às 15:39.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 27 ago. 2020, às 15:46.
- BRASIL. **Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasil, DF, 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em 27 ago. 2020, às 16:00.
- BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras províncias. Brasília, DF, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm). Acesso em set. 2020, às 16:07.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192). Acesso em 12 set. 2020, às 11:35.
- CORCINI, M. A. C. **Educação Especial sua história e política: uma abordagem crítica através de grupos de discurso**. Desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor de PDE. Volume III. Gov. Paraná, 2016.

FURLAN, Ana Maria da Silva. **Método e Técnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais - Atendimento Educacional Especializado**, 2014. 12-22 p. Monografia de Especialização (Método e Técnicas de Ensino Utilizados na Sala de Recursos Multifuncionais- Atendimento Educacional Especializado, Especialização em Educação: Métodos e técnicas de ensino) - Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, Universidade Tecnológica do Paraná, Medianeira, 2014. Disponível em: <[http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4229/1/MD\\_EDUMTE\\_2014\\_2\\_6.pdf](http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/4229/1/MD_EDUMTE_2014_2_6.pdf)> Acesso em 24 nov. 2018.

FREITAS, Cristina Maria Ferracioli de; GARCIA, Dorcely Isabel Bellanda. **Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica em sala de Recursos Multifuncionais**. 2014. 01-20 p. Artigo (Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica em sala de Recursos Multifuncionais -Pedagogia - Universidade Estadual do Paraná, Paraná, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. 2. São Paulo: Atlas S. A, 2002.

JANNUZZI, G. de M. **Educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 3. ed. Revista. São Paulo: Autores Associados, 2012.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006. p. 27- 37.

LEITE, L.P. MARTINS, S. E.S. O. **A educação especial em tempos de educação inclusiva: dos aportes normativos aos aspectos operacionais**. In: DAVID, CM., et al., orgs. **Desafios contemporâneos da educação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 85-105. ISBN 978-85-7983-622-0.

NUNES, S.S; SAIA, A.L; TAVARES, R.E. **Educação Inclusiva: Entre a História, os Preconceitos, a Escola e a Família**. *Psicol. cienc. prof.* vol.35 no.4 Brasília out./dez. 2015. versão On-line ISSN 1982-370.

MALHEIROS, Bruno Taranto. **Metodologia da Pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: LTC, 2011

MAZZOTTA, Marcos José de Oliveira. **Educação Especial no Brasil: histórias e Políticas Públicas**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? Por que?** 1ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2003.

MIRANDA, Alerte Aparecida Bertoldo. Reflexões desenvolvidas na Tese de Doutorado: **A Prática Pedagógica do Professor de Aluno com deficiência mental**. Uberlândia, 2003. Unimep.

SASSAKI, R.K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.